


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **1007243-07.2015.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**
RELATÓRIO

CREUZA LUZIA GONÇALVES CASADEI propõe ação declaratória de inexigibilidade de crédito cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada contra BANCO DO BRASIL SA afirmando ter sido correntista do banco-réu – conta nº 11915-6, ag. 1888-0 Ufscar-São Carlos – entretanto e, 24 de janeiro de 2008, requereu o encerramento da conta, procedendo a entrega dos talonários de cheques e cartões que mantinha em seu poder e estes foram destruídos pela funcionária. Decorridos 07 (sete) anos do encerramento da conta, foi surpreendida por telefonemas de cobranças efetuadas por terceiros, identificando-se como credores de cheques por ela emitidos. Que providenciou a busca junto aos órgãos de restrição de crédito e constatou, junto a SERASA a ocorrência de seis cheques devolvidos pelo motivo "conta encerrada". Que em consulta à agência onde possuía a conta, foi informada que, em verdade, eram 10 cartões. Que as assinaturas são divergentes entre si, tendo sido portanto, vítima de golpistas. Que o banco excluiu seu nome do cadastro de emitentes de cheque sem fundos. Requereu em sede de antecipação de tutela que os cheques devolvidos não sejam protestados, mesmo que apresentados. No mérito, a declaração de inexigibilidade de tais valores e indenização por danos morais, no valor de R\$ 10.000,00, diante da inclusão, indevida no CCF – Cadastros emitentes de cheques sem fundos e na falha da prestação dos serviços uma vez que o banco-réu sequer conferiu as assinaturas lançadas nas cartões, não tendo ainda, tomado o cuidado de notificá-la, quando da devolução dos cheques, já que a conta fora regularmente encerrada. Juntou documentos (fls. 17/36).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

Em contestação (fls. 70/93), afirmou o banco-réu, preliminarmente, inépcia da inicial porque o pedido de indenização por danos morais é genérico e no mérito, que agiu de acordo com as normas do Banco Central, tendo devolvido as cártulas diante do encerramento da conta e não pela divergência de assinatura. Afirmou ainda que em 18/06/2015, excluiu o nome da parte autora dos cadastro de emitentes de cheque sem fundo.

Réplica a fls. 107/110.

A fls. 123/124 a antecipação da tutela foi deferida determinando-se a sustação do protesto.

As partes foram instadas a especificar provas e dizer se tinham interesse na audiência de conciliação.

Ambas declararam não ter interesse na conciliação e que não possuíam mais provas a serem produzidas.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso, mesmo porque as partes, instadas a especificar provas, requereram de modo expresso o julgamento.

A preliminar de inépcia da inicial há que ser afastada porque o pedido não é genérico. A autora claramente indicou o valor que entende ser suficiente para os danos morais e descreveu, de maneira satisfatória, os danos sofridos.

No mérito, a autora narrou os fatos de maneira clara e juntou documentos que comprovam que tomou todas os cuidados para o encerramento da conta corrente.

No site do Banco Central do Brasil há a descrição do procedimento a ser adotado para o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

encerramento da conta corrente em instituição financeira. Veja-se: "(...) *Quando a iniciativa do encerramento for sua, você deverá observar os seguintes cuidados: *solicitar, por escrito, ao banco o encerramento da conta, exigindo recibo na cópia da solicitação; *verificar se todos os cheques emitidos foram compensados para evitar que seu nome seja incluído no CCF pelo motivo 13 (conta encerrada); *entregar ao banco as folhas de cheque ainda em seu poder, ou apresentar declaração de que as inutilizou; solicitar o cancelamento dos débitos automáticos em conta, caso existentes; *manter recursos suficientes para o pagamento de compromissos assumidos com a instituição financeira ou decorrentes de disposições legais. A instituição financeira deve lhe informar a data do efetivo encerramento da conta, por correspondência ou por meio eletrônico. Lembramos que contas inativas não são encerradas automaticamente após um certo período sem movimentação. É necessário seguir os procedimentos acima para o encerramento da conta.(...)*" <http://www.bcb.gov.br/?CONTASFAQ>.

Ora, a autora assim procedeu (fls. 18/19), e recebeu a correspondência informando que sua conta havia sido encerrada em 25/01/2008 (fls. 21), do que se depreende que todos os requisitos acima mencionados foram cumpridos pela autora. Caso não o tivessem sido, a correspondência não teria sido encaminhada a seu domicílio.

A parte ré, na resposta, não se manifestou precisamente sobre tal fato. Conclui-se que a autora entregou as folhas de cheque não utilizadas, quando do encerramento da conta.

O réu desconsidera o fato mais relevante, de que as cartões foram restituídos ao banco, e este não lhes deu destinação satisfatória, possibilitando a fraude de que foi vítima a autora.

A defesa foi genérica a respeito do fato constitutivo do direito da autora.

O momento para se articular defesa a propósito é o da apresentação da resposta, ocasião em que "incumbe ao réu alegar ... toda a matéria de defesa" (art. 336, NCPC), inclusive


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

com o ônus da impugnação específica – não se admite defesa genérica -, sob pena de presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial (art. 341 do NCPC).

Saliente-se que não se está diante de exceção legal em que admitida a arguição *a posteriori* (art. 342, NCPC) ou que não prevaleça o ônus de impugnação específica (incisos e parágrafo único do art. 341 do NCPC).

Firma-se então a premissa de que os fatos se passaram como narrado pela parte autora, salientando-se, ademais, que a inclusão no cadastro de emitentes de cheques sem fundo realmente ocorreu tendo sido inclusive admitida pelo banco-réu em contestação. A autora juntou pesquisa na Serasa que confirmou suas afirmações.

O ônus da impugnação específica guarda relação com o dever de cooperação das partes no concernente à cognição judicial. Se uma das partes expõe que os fatos se passaram de determinada forma, o mínimo que se exige da outra é que enfrente tal alegação, confessando ou impugnando tais fatos e, nesta última hipótese, que exponha a sua narrativa a respeito da dinâmica dos acontecimentos. A ausência de tal impugnação específica acarreta-lhe consequência processual de relevo, qual seja, a presunção de veracidade dos fatos vertidos na inicial.

Humberto Theodoro Júnior afirma que: “Diante do critério adotado pela legislação processual civil, os fatos não impugnados precisamente são havidos como verídicos, o que dispensa a prova a seu respeito. Quando forem decisivos para a solução do litígio, o juiz deverá, em face da não impugnação especificada, julgar antecipadamente o mérito, segundo regra do art. 300, nº I”. (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 53ª Ed. Forense, 2012. Pg. 402)

Para Marinoni: “Competirá ao réu, na contestação manifestar-se precisamente sobre todos os pontos de fato indicados pelo autor em sua causa de pedir, impugnando-os precisamente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

(art. 302 do CPC). Todos os pontos de fato, que constituem a causa petendi da ação do autor, que não forem impugnados pelo réu em sua contestação, serão tidos como verdadeiros, incidindo sobre eles presunção legal, a torná-los indiscutíveis no processo (e, portanto, não sujeitos a prova). Tem, assim, o réu, o ônus da impugnação específica de todos os fatos apontados pelo autor em sua petição inicial, incumbindo-lhe manifestar-se precisamente sobre cada um dos fatos da causa.” (Marinoni, Luiz Guilherme. Processo de Conhecimento/ Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart. – 8. Ed. Revista dos Tribunais, 2010. Pg. 135/136)

Leciona Moacyr Amaral Santos que: “Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial (Cód. cit., art. 302). Essa disposição da lei faz ver que ao réu insta apreciar, com precisão, os fatos em que o autor fundamenta o seu direito e o seu pedido. Ao enfrentá-los, cabe-lhe impugná-los, confessá-los ou admiti-los. Impugnando-os, terá que dar as razões da impugnação, isto é, dizer por que não são verdadeiros ou por que, na verdade, são diversos dos fatos expostos pelo autor. (Santos, Moacyr Amaral, 1902-1983. Primeiras linhas de direito processual civil, vol. 2 – 26. Ed. Por Maria Beatriz Amaral Santos Kohnen São Paulo : Saraiva, 2010. Pg. 254)

Wambier aduz que: “O art. 302, caput, expressa o ônus que tem o réu de impugnação específica dos fatos narrados na petição inicial. Nas alegações da contestação, cabe ao réu manifestar-se precisa e especificamente sobre cada um dos fatos alegados pelo autor, pois são admitidos como verdadeiros os fatos não impugnados. Disso resulta não ser admissível contestação por negativa geral, em que o réu apenas afirma que os fatos alegados pelo autor não são verdadeiros. O ônus da impugnação específica exige que o réu, além de manifestar-se precisamente sobre cada um deles, expresse fundamentação em suas alegações, ou seja, cumpra ao réu dizer como os fatos ocorreram e porque nega os fatos apresentados pelo autor. (Wambier, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil : teoria geral do processo e processo de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

conhecimento, volume 1 / Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini – 11. ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Insta rememorar, no tema do ônus de impugnação específica aos fatos narrados na inicial, a lição da jurisprudência no sentido de que “admitindo o réu que efetivamente se verificaram os fatos alegados, mas de forma diversa do apresentado pelo autor, cumpre-lhe explicitar como teriam ocorrido, não bastando, para atender ao artigo 302 do CPC, a genérica afirmação de que se passaram de modo diferente”. (STJ, REsp 71.778/RJ, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, 3ª, j. 28/05/1996).

Quanto aos danos morais, estes são devidos.

Na hipótese específica de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, firmou-se jurisprudência no sentido de que o dano moral se configura *in re ipsa*, prescindindo de prova (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ªT, j. 16/04/2015; AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 27/05/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 02/12/2008).

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização¹. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a

¹ No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos *punitive damages*.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

irrestrita das *punitive damages* encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No presente caso, fixo os danos morais em R\$ 10.000,00.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação para (a) declarar inexigíveis os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

cheques indicados nº 850493, 850494, 850495, 850496, 850498, 850499, 850500, 850501 e 850505 e, confirmando a tutela antecipada, sustar o protesto ou os efeitos do protesto de tais cártulas; (b) condenar o banco réu ao pagamento de R\$ 10.000,00, atualizado monetariamente desde a presente data e juros moratórios desde a data do fato (06/04/2015 – data da primeira devolução). Condeno ainda da parte ré nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação nos termos do art. 85, § 2º do NCPC.

P.R.I.

São Carlos, 11 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA